

R D C

COMISSÃO DE REDAÇÃO:
 ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
 MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA
 PEDRO ROMANO MARTINEZ
 LUÍS MENEZES LEITÃO

A *Revista de Direito Civil* dá corpo a uma aspiração pensada. Núcleo intangível da Ciência do Direito, o civilismo – ao qual, pela natureza das coisas, adere o processualismo – constitui, nos países de Direito continental, a base da dogmática jurídica.

O Direito civil elabora e aprofunda os conceitos básicos, difundindo-os até às periferias mais especializadas. Além disso, ele opera como a fonte, por excelência, das descobertas jurídicas e de novas leituras. Finalmente, o civilismo acolhe, das disciplinas periféricas, inspirações que, devidamente testadas, difunde no espaço do Direito.

A *Revista de Direito Civil* visa, ainda, pôr à disposição dos práticos e dos estudiosos as decisões judiciais inovadoras e dar notícia das obras mais significativas.

ISBN: 978-01-16-35535-5



9 780116 355355

ISSN 2183-5535

ISBN 978-01-16-35535-5

PVP € 22

N.º 1 (2016)

REVISTA DE DIREITO CIVIL

ALMEDINA

REVISTA DE DIREITO CIVIL

CIDPI Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa

N.º 1 (2016)

DIRETOR: ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

DOCTRINA

António Menezes Cordeiro, *A crise e a alteração de circunstâncias*António Sampaio Caramelo, *Obrigatoriedade da convenção de arbitragem e direito de acesso à justiça*Isabel Alexandre, *O tribunal estadual competente, segundo a Lei da Arbitragem Voluntária*Maria Raquel Rei, *Notas acerca da penhorabilidade do “passe” do jogador profissional de futebol*Diogo Costa Gonçalves, *Dogmáticas de transição e o seu lugar na evolução dos sistemas*Hugo Luz dos Santos, *O gaming nos casinos da Região Administrativa Especial de Macau e a surveillance: is always someone watching?*

(Algumas notas a propósito da privacy)

Lourenço Leiria de Mendonça Noronha dos Santos, *A posição jurídica do prejudicado no abuso do direito*

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

Aquilino Paulo Antunes, *Arbitragem necessária sobre medicamentos vs. direitos de propriedade industrial e acesso à informação – Anotação ao Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 30 de Abril de 2015, processo n.º 12046/15*

ALMEDINA